



A IMPORTÂNCIA DOS SABERES NA CONSTITUIÇÃO DO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA EPT

Eixo Temático: Educação Inovadora e Transformadora

Franciele de Lima Machado¹
Marcelo Freitas da Silva²

RESUMO

Desde a regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir da Lei n. 9.394, de 1996, e do Decreto n. 5.154, de 2004, esse segmento tem ganhado destaque, principalmente, em razão do grande volume de investimentos e melhorias nas políticas públicas e programas que aumentaram o número de vagas e de instituições de Educação Profissional no Brasil. Todo esse crescimento quantitativo exigiu que mecanismos de formação docente e administrativa fossem desenvolvidos para que o aumento em números pudesse ser acompanhado de qualidade, refletindo-se em ganhos reais para a sociedade. O objetivo deste trabalho é relatar as contribuições que os saberes construídos no curso de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica propiciaram em minha constituição profissional, enquanto servidora técnica administrativa, atuante em uma unidade que trabalha diretamente com EPT. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa. O meu principal aprendizado foi compreender o quanto essa formação é importante e pode ser transformadora na vida dos estudantes, e que, independentemente do que seja dito, a nossa dedicação, empenho e o acreditar que podemos ser mais do que apenas um número dentro da instituição, faz sim diferença e colabora com o fortalecimento da Educação Profissional do país.

Palavras-chave: EPT. Relato de experiência. Saberes adquiridos.

INTRODUÇÃO

O considerável investimento realizado na EPT, a partir de sua regulamentação com a Lei n. 9394 e o Decreto n. 5154, proporcionou grande expansão deste segmento, tanto em número de vagas, quanto em novos cursos e instituições ofertantes de educação profissional.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) até o ano de 2023, os jovens do país, na faixa etária dos quinze aos vinte e nove anos, são e

¹ Técnico-Administrativo em Educação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Ciências Econômicas e Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM.

² Professor Titular na UFSM. Doutor em Engenharia Elétrica pela UFSM.



serão a maior força de trabalho da história, totalizando cerca de 50 milhões de pessoas, representando 26% da população brasileira. A grandiosidade desses números demonstra a importância de políticas públicas direcionadas à qualificação do ensino profissional no Brasil. Para que seja possível a avaliação, formulação e execução de ações e políticas, o governo necessita de instrumentos, que gerem indicadores³, que traduzam a realidade educacional brasileira.

Para que os gestores públicos possam planejar a entrega de serviços que atendam às necessidades dos cidadãos, é preciso que existam dados confiáveis, que sejam estruturados, sistematizados, e coletados de maneira correta, possibilitando assim, a geração de indicadores precisos e estratégicos para a gestão de ações e políticas estatais. No caso da EPT, as ferramentas mais utilizadas para essa finalidade são o Censo Escolar e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

A ideia para o desenvolvimento da minha dissertação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica, surgiu a partir da minha vivência profissional, enquanto técnico-administrativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), lotada no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), na Coordenação de Registros Escolares (CRE). Trabalhar nessa unidade da UFSM me proporcionou conhecer e entender um pouco mais sobre a Educação Profissional e Tecnológica, o que me despertou um grande interesse e também me causou muitas dúvidas em relação a uma série de rotinas desempenhadas em meu setor.

Por trabalhar diretamente com toda a trajetória escolar e acadêmica dos estudantes que passam pelo CTISM, desde seu ingresso até sua saída por conclusão de curso, transferência ou evasão, a CRE responde pelo abastecimento e atualização do sistema acadêmico da UFSM, o Sistema de Informações para o Ensino (SIE), e também pelo Censo Escolar e pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, que são sistemas de informação (SI) vinculados ao governo federal.

³ De acordo com o Portal da Assessoria do Planejamento, indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar seus avanços e problemas, etc. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100316_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2018.



Desde o primeiro contato com esses sistemas, questionei-me sobre suas metodologias de inserção e procedência dos dados exigidos, questionamentos esses que se tornaram cada vez mais recorrentes na medida em que eu me apropriava de suas funcionalidades e propósitos. Somando-se ao mencionado anteriormente, Censo Escolar e SISTEC ainda possuem diversas dificuldades no tocante às suas instabilidades, que atrasam o trabalho de abastecimento. Além de não disporem de críticas aos dados registrados, também não possibilitam a geração de relatórios personalizados, nem mesmo os solicitados pelo próprio Ministério da Educação (MEC), devendo esses, muitas vezes, serem confeccionados e organizados a partir de sistemas paralelos. A metodologia de treinamento e estruturação dos canais de suporte também parecem ser questões determinantes da controversa qualidade do que é declarado nos sistemas.

Foi a partir dessas inquietações, compartilhadas e reforçadas por meus colegas de CRE, que me motivei a trabalhar com a pesquisa que visou contribuir com a qualificação e confiabilidade dos dados declarados no Censo Escolar, SISTEC e também na PNP.

Quanto a sua metodologia, o estudo foi classificado como uma pesquisa exploratória aplicada, de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, produzido mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas com pessoas responsáveis pelos abastecimentos dos SI pesquisados em estabelecimentos de ensino pertencentes a Rede Privada e as Redes Pública Municipal, Estadual e Federal do município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. De maneira geral, a pesquisa buscou analisar cada SI, compreendendo seus propósitos e funcionalidades, identificando suas principais dificuldades, sob a ótica dos usuários responsáveis por seus preenchimentos.

Este trabalho tem como objetivo relatar brevemente a experiência que tive no mestrado, apresentando os principais resultados da minha pesquisa e ganhos profissionais advindos do curso.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sistemas de informação de que trataram minha pesquisa de mestrado, contemplam o universo da EPT brasileira, porém, cada um deles a observa e analisa sob diferentes óticas. Em síntese:

- No Censo Escolar, representado pelo sistema *web* para coleta de dados **Educacenso**, a EPT é percebida como integrante do universo da educação brasileira, abordada desde a educação infantil até a educação profissional de nível médio. Em linhas gerais, o principal objetivo do Educacenso é atuar como o componente central do sistema de informações da educação nacional para a concepção, planejamento e monitoramento de políticas públicas, por meio do fornecimento de indicadores educacionais. E, ainda, possibilitar o acompanhamento e avaliação dos diferentes sistemas de ensino do país.
- O SISTEC é um sistema voltado somente para a EPT, em todos os seus níveis, desde o infantil até a pós-graduação, sendo um instrumento que se propõe a receber, armazenar, filtrar, analisar e avaliar os dados relativos a esse segmento da educação. Sua criação teve como objetivos principais, permitir a elaboração de indicadores educacionais que possibilassem a implementação de estratégias, ações e políticas que fortalecessem a EPT, além de oferecer um registro de validação nacional de diplomas de nível médio, apresentando a população informações sobre cursos técnicos e de qualificação oferecidos no Brasil.

Em geral, os sistemas têm o intuito de abastecer o governo com dados que possibilitem a construção de indicadores educacionais, permitindo, assim, uma gestão mais eficiente e eficaz, pelo fortalecimento das bases de sua tomada de decisões.

Os pontos que apresentaram maiores dificuldades e divergências em relação ao que os sistemas se propõem, junto aos principais apontamentos colhidos com os sujeitos entrevistados são apresentados a seguir:



1. Apesar de os sistemas possuírem legislações que determinam a obrigatoriedade de registro de instituições de ensino que ofertam EPT em informar todos os seus alunos e ciclos/turmas, nem todos os estabelecimentos o fazem. Não há um critério que tenha sido identificado para se optar ou não pelo abastecimento dos sistemas.
2. Pouco controle sobre dados referentes a rede privada de EPT.
3. Falta de fiscalização e avaliação do trabalho de abastecimento por parte dos órgãos responsáveis pelos SI.
4. Sistemas considerando somente ingressos e cursos anuais para EPT, que, na maioria dos casos, opera com cursos semestrais.
5. Não há suporte nem treinamento adequados para o uso dos sistemas.
6. Existem muitas instabilidades nos sistemas durante os períodos de inserções.
7. Falta de relatórios que possam ser personalizados.
8. Inconsistências nos sistemas. Alguns dados são alterados pelos sistemas, e algumas atualizações efetuadas pelos usuários não são registradas.
9. Dependência entre instituições que atrasam atualizações de *status*, prejudicando as atividades de outros estabelecimentos.
10. Falta de comprometimento dos gestores das instituições de ensino em averiguar seus dados declarados.
11. Pouca clareza e objetividade em relação aos motivos de existência, importância e finalidade de cada portal.
12. Falta de integração entre as ações e perspectivas do governo para a educação.
13. Pouco esclarecimento, divulgação e praticidade no uso das funcionalidades dos sistemas.
14. Desvalorização dos usuários diretos dos sistemas, que não participam de processos de avaliação e sugestões para melhorias nos seus usos e operacionalidades.
15. Aplicações voltadas aos desenvolvedores e não aos usuários dos SI, isto é, sistemas não pensados para atender a realidade dos usuários.



Todos os quesitos levantados podem prejudicar o trabalho de inclusão de dados e reduzir a confiabilidade do que é apresentado.

Conhecer pessoas que trabalham com EPT e que desempenham as mesmas atividades exercidas por mim (sujeitos entrevistados), que são responsáveis por abastecerem os sistemas governamentais que respaldam todas as políticas públicas desse segmento, que vivenciam o dia a dia do atendimento a docentes e estudantes da educação profissional, foi enriquecedor. Perceber diferentes realidades e condições de trabalho tornou compreensível as limitações e divergências de informações dos envolvidos no processo de inserção de dados e no atendimento ao público da EPT.

CONCLUSÃO

A educação, bem como, saúde, segurança pública, habitação, entre outros, é apenas mais um dos serviços que dependem da tomada de decisões acertadas por parte do governo para que o país progrida. Mas é cada vez mais reforçada a visão de que o crescimento futuro será, em grande parte, determinado por ela e pelos avanços tecnológicos que precisam ocorrer no país (OCDE, 2015).

No Brasil temos ilhas de excelência científica e tecnológica, mas não temos a massificação da qualidade educacional necessária para esses desafios. Nunca tivemos tanta noção dessa falha como agora, e a consciência da fraqueza sempre será o primeiro passo em qualquer longa caminhada (LEITÃO, 2015, p.455).

Por esse pensamento, é necessário que o governo se conscientize e admita que os indicadores são falhos, e que isso afeta o resultado de seu planejamento. Reconhecer o problema é abrir oportunidade para que outras formas de atuar sejam pensadas e permitir que melhorias, adaptações ou substituições ocorram. Perceber que a gestão deve ser feita de forma integrada, que os dados, as informações e por consequência, o conhecimento deva ser o mesmo entre todas suas esferas e órgãos administrativos, para que as estratégias definidas sigam uma mesma direção, é essencial para o sucesso da adoção de políticas assertivas.



A partir dos levantamentos efetuados para a construção de minha dissertação, segue as principais recomendações indicadas, com o intuito de colaborar com a qualidade das estatísticas geradas a partir dos SI pesquisados:

1. Fomentar a participação de usuários dos sistemas de informação para a proposição de ajustes e melhorias nos mecanismos de coleta e suas funcionalidades, buscando uma aproximação entre desenvolvedores e usuários. Esse trabalho conjunto pode proporcionar uma visão mais completa acerca do funcionamento dos sistemas, convertendo-se em melhores resultados à gestão pública.
2. Sugere-se que sejam criados instrumentos mais efetivos de fiscalização e avaliação dos sistemas, tanto em suas inserções de dados, quanto em relação à exigência de registros de estabelecimentos ofertantes de ensino profissionalizante. Nenhum dos sistemas possui informações completas sobre a EPT nacional, não há esclarecimento, divulgação e aferição suficientes sobre a exigência do preenchimento do Educacenso e do SISTEC. Entende-se que na rede privada esse controle seja ainda mais difícil de ocorrer, mas acredita-se ele possa ser melhorado a partir de um trabalho conjunto entre órgãos validadores de registros, como conselhos regionais, para reconhecer apenas diplomas de estabelecimentos registrados nos SI governamentais, que tenham seus cursos aprovados e constantes no cadastro nacional de cursos técnicos do MEC.
3. Repensar as capacitações presenciais, trazendo um viés mais prático e de recolhimento de dúvidas e problemas que fossem reportados aos desenvolvedores dos portais, para que houvesse correções em suas fontes, melhorando cada vez mais seus rendimentos.
4. Solicitar o recadastramento ou atualização de dados de estabelecimentos e cursos, junto com uma maior cobrança de adequação e utilização dos SI para a concessão de autorização na criação de novos cursos, oferta de vagas, participação em programas do governo. Medidas como essas poderiam aumentar o comprometimento e adesão de estabelecimentos ao uso dos sistemas.



5. Melhorar o compartilhamento de informações dentro de organismos do governo. Caso houvesse uma melhor gestão do conhecimento governamental e um fluxo de informações mais eficiente, provavelmente não existiria a necessidade de mais de uma plataforma para coleta de dados para a educação. A quantidade de sistemas, de responsáveis por suas coordenações, de metodologias de coleta, análise, controle e divulgação de dados, dificulta o entendimento global da situação educacional no país. Um sistema que funcionasse por módulos (escola, cursos, alunos, recursos humanos e finanças) e por nível educacional (do maternal à pós-graduação), contendo todos os dados necessários à construção de indicadores, e que pudesse ser compilados e apresentados em uma plataforma apenas de resultados, que permitisse a construção de panoramas de acordo com seleção de filtros aplicados pelos interessados, como a PNP, seria mais fácil de gerir, de abastecer, de fiscalizar, de avaliar, de treinar e proporcionar o estabelecimento de estratégias mais eficientes para a promoção de melhorias na educação nacional.

Minha dissertação apresentou uma série de fragilidades existentes nas bases que amparam projeções e sustentam a tomada de decisões governamentais, que envolvem o universo de políticas para a EPT. A expectativa para o seu desenvolvimento foi de que ele fosse mais uma ferramenta que possibilitasse momentos de reflexão e questionamentos em relação a atual conjuntura das estatísticas nacionais para educação, e que essas inquietações fossem transformadas em planos e ações que aprimorassem os sistemas de informação responsáveis pelo fornecimento de dados da educação profissional do Brasil.

A pesquisa desenvolvida por mim reforçou a importância da educação, do estudo, do conhecimento, que proporciona ferramentas para desenvolver nosso senso crítico e reflexivo, e que nos permite olhar e compreender melhor o nosso trabalho e aprimorando-o, além de ampliar nossa visão acerca do meio em que estamos inseridos.



A falta ou pouco conhecimento acerca do que é a Educação Profissional, Censo Escolar e SISTEC, prejudicam o fortalecimento desse segmento tão importante e que, em muitos casos, é o único mecanismo que pode melhorar a vida do trabalhador menos favorecido, e que é responsabilidade de todos os envolvidos dedicarem-se e fazerem o seu melhor, para que isso se reflita em uma formação mais completa e útil aos estudantes.

No mestrado tive contato com colegas oriundos de diversos cursos de graduação, na maioria servidores públicos que trabalhavam com EPT ou que já haviam cursado um curso técnico, e que traziam as suas percepções do mundo do trabalho que circunda o ensino profissionalizante. A mediação dessas trocas sempre foi muito bem conduzida pelas professoras e professoras do curso, que ligavam as falas aos conteúdos trabalhados.

O meu principal aprendizado foi compreender o quanto essa formação é importante e pode ser transformadora na vida dos estudantes, e que, a nossa dedicação, empenho e o acreditar que podemos ser mais do que apenas um número dentro da instituição, faz diferença e colabora com o fortalecimento da Educação Profissional do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Decreto n. 5.154, regulamenta a educação profissional.** Dezembro de 2004. Brasília, 2004.

_____. **Portal da assessoria e planejamento.** Disponível em:
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100316_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2018.



_____. Ministério da Educação, Inep. Censo Escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo>. Acesso em 13 de março de 2018.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em 13 de março de 2018.

_____. Ministério da Educação. SISTEC. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/consulta-publica>. Acesso em 13 de março de 2018.

LEITÃO, Miriam. **História do futuro: O horizonte do Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

OECD. **Manual de Oslo – diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. FINEP, 2005. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>>. Acesso em 13 de setembro de 2018.